

Informativo das pesquisas de **PÓS-GRADUAÇÃO DO ISC**



Publicação mensal

Esse informativo eletrônico é uma publicação vinculada ao Instituto Serzedello Correa

Número 2 (Dezembro de 2009)

Os servidores do Tribunal de Contas da União quando participam de cursos de Pós-Graduação patrocinados pelo Instituto Serzedello Correa produzem uma grande variedade de trabalhos acadêmicos. Esses trabalhos, sobretudo aqueles produzidos como Trabalho de Conclusão de Curso, têm uma qualidade muito boa e constituem legítima produção de conhecimento científico. No entanto, após serem avaliados, acabam engavetados ou, na melhor das hipóteses, vão para as prateleiras da biblioteca e para a biblioteca digital no Portal e lá ficam.

Foi pensando na divulgação desses trabalhos que esse informativo foi criado. Seu propósito principal é de ser um espaço para a divulgação de trabalhos derivados de atividades acadêmicas realizadas por servidores da Casa.

A cada número serão escolhidos temas variados. Temas deste número: gestão eletrônica de documentos, auditoria ambiental, auditoria de obras.

Gestão documental no TCU: adequação do plano de classificação aos requisitos do e-ARQ Brasil

Autor: Altounian, Márcia Martins de Araújo.

Orientador: Prof. Dr. Wagner Castilho

Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em Gestão do Conhecimento, da Informação e Documentação apresentado ao INSTITUTO BLAISE PASCAL como parte dos requisitos para a obtenção do título de Especialização.

Verifica a adequação do sistema informatizado de gestão de documentos arquivísticos, adotado pelo Tribunal de Contas da União, aos requisitos para sistemas informatizados estabelecidos pelo modelo brasileiro de requisitos, e-ARQ Brasil, especificamente no que se refere ao plano de classificação.

O princípio da precaução e o controle externo pelo Tribunal de Contas da União em matéria ambiental

Autor: Geraldo Márcio Rocha de Abreu

Orientador: Prof. Paulo Abrão Pires Júnior, Ms.

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do grau de Especialista, pelo Programa de Pós-graduação em Direito Ambiental da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Analisa a aplicação do princípio da precaução pelo Tribunal de Contas da União – TCU, nas suas decisões em matéria de Direito Ambiental. Visa, ainda, subsidiar empresas contratadas pela Administração Pública quanto à observância dos aspectos ambientais em face das exigências legais, como forma de se evitarem interrupções e paralisações de empreendimentos, prevenindo prejuízos para a Administração, para os próprios contratados, para os setores produtivos e para a coletividade.

Planejamento na contratação de obras públicas: estudo das disposições legais sobre projeto básico, licenciamento ambiental, definição dos custos e fonte dos recursos no processo de contratação de empreendimentos públicos

Autor: José Reinaldo Luna Gusmão

Orientador: Prof. Dr. Emerson de Andrade Marques Ferreira

Trabalho de Conclusão do curso de MBA em Gerenciamento de Obras da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gerenciamento de Obras.

Expõe a legislação que regulamenta as contratações de obras e serviços de engenharia por parte dos órgãos públicos, de conhecimento fundamental por parte dos gestores que planejam o empreendimento, posto que, a não observação de determinados aspectos legais na contratação do objeto e durante a sua execução podem prejudicar o sucesso da empreitada. Aborda temas como projeto básico, impacto ambiental, confecção de orçamentos e obtenção de recursos, fundamentais para planejamento de um empreendimento a ser executado com recursos do Erário.

[O equilíbrio econômico-financeiro nas concessões de rodovias federais no Brasil](#)

Autor: Adalberto Santos Vasconcelos

Orientador: Gualter Ramalho Portella

Co-orientador: Augusto Sherman Cavalcanti

Monografia apresentada à Comissão de Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Controle Externo – PGCE, do Instituto Serzedello Correa, do Tribunal de Contas da União, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Controle Externo, Área Regulação de Serviços Públicos Concedidos.

Fornece uma visão jurídica e, sobretudo, técnica e prática de como se estabelece o princípio do equilíbrio econômico-financeiro (EEF) dos contratos de concessão de serviço público atinentes à exploração de rodovias federais. Avalia se o mecanismo de aferição e recomposição do EEF, atualmente utilizado nesse setor, é adequado para os fins a que se destina e procura contribuir para o aperfeiçoamento do modelo existente.

Para conhecer mais sobre as pesquisas desenvolvidas por servidores, consulte a nossa [Biblioteca Digital](#).
